



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores
“Paulo Renato Costa Souza”
Rua João Ramalho, nº 1.546 - CEP: 05008-002 - Perdizes - SP
www.escoladeformacao.sp.gov.br

Eixos de Formação

EFAP

Outubro de 2017



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores
“Paulo Renato Costa Souza”
Rua João Ramalho, nº 1.546 - CEP 05008-002 - Perdizes - SP
www.escoladeformacao.sp.gov.br

Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza” – EFAP

Coordenador: Profa. Dra. Lucia Helena de Andrade Gomes

Departamento de Programas de Formação e Educação Continuada

Diretora: Cristina de Cássia Mabelini da Silva
Andréa Angotti
Fernando Hideki Kato Yaoita
Jonathan Trevisan de Castro

Centro de Formação e Desenvolvimento Profissional de Professores

Diretora: Sílvia Regina Peres
Bruno Leonardo Ramos Andreotti
Marina Matera Sanches
Natasha Bueno
Rosa Maria Rodrigues Lamana
Vanessa Déscio Araki

Centro de Formação e Desenvolvimento Profissional de Gestores

Diretor: João Freitas da Silva
Ana Bárbara Martins Garcia
Luiz Carlos Paloschi
Mariza Cândido da Silva

Centro de Avaliação

Diretor: Antonio Marcos Emiliano
Eliane Andrade Bichuette Jácomo
Elisete Ragusa de Lima
Karina Ihara Kamio
Lina de Almeida Gattai

Centro de Certificação

Diretora: Sandra Alves de Sá
Alceu Rosa da Cruz
Paula Marques Silva

Departamento de Recursos Didáticos e Tecnológicos de Educação a Distância – DETED

Diretora: Fernanda Henrique de Oliveira
Gislene Vieira Gomes Brignoli

Centro de Criação e Produção – CCRIP

Diretora: Ana Maria David Berbel

Centro de Infraestrutura e Tecnologia Aplicada – CITEC

Diretora: Rosângela de Lima Francisco
Edson Alves dos Santos
Maíra Elias Manzano

Grupo de Cooperação Técnica e Pesquisa – GCTEC

Diretor: Adriano J. Marangoni
Alfred Michaelis
Lucas Ferreira
Melissa Batistela
Silene Kuin

Agradecimentos

Coordenadoria de Gestão da Educação Básica – CGEB
Coordenadora: Rosângela Aparecida de Almeida Valim e equipe

Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos – CGRH
Coordenadora: José Carlos Francisco e equipe



Sumário

Apresentação	4
Eixo I – Currículo e Prática de Ensino na Educação Básica, suas Modalidades e Atendimentos Específicos.....	5
Ciências da Natureza	5
Ciências Humanas	5
Linguagens e Códigos.....	6
Matemática	6
Eixo II – Gestão Educacional	7
Gestão Democrática e Participativa	7
Gestão Pedagógica.....	8
Gestão de Pessoas e Equipes	9
Gestão de Processos Administrativos	10
Gestão de Resultados Educacionais.....	10
Eixo III – Grandes Temas da Educação.....	12
Alfabetização.....	12
Avaliação Educacional	13
Cultura Digital.....	13
Cultura Inclusiva.....	14
Currículo	14
Liderança Educacional	15
Temas Transversais.....	16
Direito Educacional	16
Referências	18
Documentos Oficiais	18
Demais Fontes Consultadas	20



Apresentação

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, por meio da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores "Paulo Renato Costa Souza" – EFAP, propôs, estrategicamente, a organização de três **agrupamentos como eixos centrais** para a oferta de ações formativas aos servidores da rede. São eles: Eixo I – Currículo e Prática de Ensino na Educação Básica, suas Modalidades e Atendimento Específicos; Eixo II – Gestão Educacional; Eixo III – Grandes Temas da Atualidade. Tais eixos reúnem temas que têm como objetivo nortear as propostas de ações formativas a serem ofertadas, considerando a especificidade das atividades profissionais do público-alvo envolvido e temáticas relevantes para sua formação.

O Eixo I – Currículo e Prática de Ensino na Educação Básica, suas Modalidades e Atendimento Específicos reúne como temas as áreas do conhecimento, tanto em seu aspecto prático quanto formal, e tem como foco a oferta de ações formativas voltadas ao Currículo do Estado de São Paulo. Já o Eixo II – Gestão Educacional, objetiva oferecer ações formativas que contemplem os diferentes aspectos da área de Gestão, apresentando como temas a Gestão Democrática e Participativa, a Gestão Pedagógica, a Gestão de Pessoas e Equipes, a Gestão de Processos Administrativos e a Gestão de Resultados Educacionais. E, por fim, o Eixo III – Grandes Temas da Atualidade, visa abordar, de maneira transversal, os principais temas da Educação na atualidade.

A EFAP, a partir da proposta dos Eixos, além de pautar os cursos e demais ações formativas, pretende também subsidiar os demais proponentes em suas elaborações, contribuindo com parâmetros para a construção de planos de curso, regulamentos e demais documentações que são apresentadas à Secretaria para colaborarem com a formação continuada de seus profissionais.

Ao longo deste documento será possível conhecer cada um dos Eixos e temas propostos. Convidamos você, profissional da Secretaria da Educação, para conhecer nossa proposta.

Boa leitura!



Eixo I – Currículo e Prática de Ensino na Educação Básica, suas Modalidades e Atendimentos Específicos¹

Abrange as ações formativas referentes ao Currículo do Estado de São Paulo, que tem como princípios: escola que também aprende; Currículo como espaço de cultura; competências como referência; prioridade para competência leitora e escritora; articulação das competências para aprender; articulação com o mundo do trabalho. Divide-se em quatro temas que correspondem às áreas do conhecimento, tanto em seu aspecto prático quanto formal.

Ciências da Natureza

Entende-se por Ciências da Natureza a área do conhecimento que reúne os componentes curriculares Biologia, Física, Química e Ciências, pois ainda que possuam “certos objetos de estudo e métodos próprios, também têm em comum conceitos, métodos e procedimentos, critérios de análise, de experimentação e de verificação”, compondo “uma visão de mundo coerente, um acervo cultural articulado, reunindo, portanto, linguagens essenciais, recursos e valores que se complementam”. (SÃO PAULO, 2012a, p. 27)

Ciências Humanas

De acordo com o Currículo do Estado de São Paulo, “a área de Ciências Humanas compreende conhecimentos produzidos por vários campos de

¹São modalidades de ensino, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96: Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e a Educação Especial. Inclui-se neste eixo, também, atendimentos específicos da Educação Básica, diferenciados e/ou interculturais.



pesquisa – História, Geografia, Filosofia, Sociologia e Psicologia, além de outros, como Política, Antropologia e Economia – que têm por objetivo o estudo dos seres humanos em suas múltiplas relações, fundamentado por meio da articulação entre esses diversos saberes”. (SÃO PAULO, 2012b, p. 25)

Linguagens e Códigos

Reúne os componentes curriculares Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna – Inglês e Espanhol, Arte e Educação Física, entendendo linguagem como “a capacidade humana de articular significados em sistemas arbitrários de representação, que são compartilhados e que variam de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade” (BRASIL, 2000, p. 5), tendo como principal razão a produção de sentido. Organizadas no Currículo, as Linguagens têm como elementos comuns o processo de criação e percepção, a intertextualidade, a contextualização do conhecimento, o domínio das diferentes linguagens e a integração na cultura.

Matemática

Enquanto área do conhecimento e componente curricular, a Matemática compõe com a língua materna “o par de sistemas simbólicos fundamentais para a representação da realidade, para a expressão de si e compreensão do outro, para a leitura em sentido amplo, tanto de textos quanto do mundo dos fenômenos”. (SÃO PAULO, 2012c, p. 25)



Eixo II – Gestão Educacional

Reúne ações formativas referentes aos diferentes aspectos da gestão, com vistas à atuação democrática e participativa, o que requer compreensão do contexto em que a educação é construída e promoção de ações no sentido de assegurar o direito à educação para todos os estudantes, além de expressar uma visão articuladora e integradora dos vários segmentos: pedagógico, curricular, administrativo, de serviços e das relações com a sociedade em geral/ comunidade local. Tem como objetivo a melhoria do desempenho das unidades escolares – UE, das diretorias de ensino – DE e dos órgãos centrais da SEE-SP, mediante processos de pesquisa e formação continuada nas diversas dimensões da gestão: pedagógica, de pessoas, de processos administrativos e de resultados educacionais do processo de ensino e aprendizagem.

Gestão Democrática e Participativa

Formação relativa ao desenvolvimento e/ou aprimoramento de competências e habilidades expressas por meio de práticas que considerem as relações entre as instâncias da SEE-SP (UE, DE e órgãos centrais), a sociedade em geral e os espaços de atuação nos diferentes níveis do sistema de ensino (federal, estadual, municipal).

Os processos coletivos de tomada de decisão, elaboração de planos e projetos, execução, acompanhamento e avaliação de ações; comunicação efetiva e socialização de informações devem estar presentes em todas as instâncias da Pasta.



Visa, também, à orientação para a elaboração coletiva e a implementação da proposta pedagógica da escola, considerando as diferenças individuais, sociais, culturais e a participação dos estudantes, educadores, colegiados e comunidade na vida escolar, favorecendo um clima escolar que promova o processo de ensino e aprendizagem.

Gestão Pedagógica

Formação relativa ao desenvolvimento e/ou aprimoramento de competências e habilidades traduzidas em práticas, com vistas à elaboração do planejamento pedagógico nas três instâncias da SEE-SP que correspondem à Proposta Pedagógica das unidades escolares – UE, ao Plano de Trabalho das diretorias de ensino – DE e ao planejamento das coordenadorias. A proposta pedagógica das UE apresenta a missão, a visão, os valores, os princípios pedagógicos, os objetivos, as metas, as metodologias, as estratégias, dentre outros, considerando a especificidade local. É um documento essencial para a elaboração do Regimento Escolar. Já a elaboração do Plano de Trabalho das DE deve ser pensada a partir das necessidades das UE de sua jurisdição, de forma a subsidiar as escolas a concretizarem sua proposta pedagógica. Quanto ao planejamento das coordenadorias, cumpre esclarecer que ele visa atender às demandas e às necessidades da rede, como um todo.

Dentre outras habilidades que podem ser traduzidas em práticas, destacam-se o planejamento, a elaboração, a implementação, a avaliação e o redirecionamento de planos e ações (em consonância com os princípios, as diretrizes e as normas educacionais da SEE-SP, do Currículo e da proposta pedagógica da escola) nos diferentes níveis, etapas, modalidades, áreas e componentes curriculares, além do acompanhamento e avaliação da progressão das aprendizagens, assegurando o processo de recuperação contínua.



Em relação à organização de condições didáticas favoráveis à aprendizagem de todos os estudantes, vale ressaltar a gestão dos tempos, dos espaços e dos recursos, o monitoramento dos processos de ensino e aprendizagem, de acompanhamento, de avaliação e de intervenção pedagógica; a coordenação de processos, acompanhamento, observação, registro e devolutivas relativas ao processo da gestão pedagógica e de sala de aula; e o acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem e de seus resultados.

Gestão de Pessoas e Equipes

Formação relativa ao desenvolvimento e/ou aprimoramento de competências e habilidades dos servidores da SEE-SP que possibilitem a esse profissional a mobilização das pessoas e equipes num trabalho integrado para a concretização de objetivos, metas e a melhoria contínua dos processos e resultados das UE, das DE e dos órgãos centrais da SEE-SP, além da promoção de um clima organizacional que favoreça a comunicação, o engajamento profissional, o relacionamento interpessoal e a socialização de experiências. Também prevê o compartilhamento de responsabilidades nas ações desenvolvidas e nos resultados obtidos, a criação de novas soluções e implementação de mudanças, (inclusive no uso de tecnologias digitais de comunicação e informação), a coordenação e a avaliação da equipe de trabalho, e a elaboração, implementação e monitoramento dos planos de formação em serviço, visando ao aprimoramento profissional e pessoal do indivíduo e da equipe de trabalho a favor da sociedade.



Gestão de Processos Administrativos

A formação dos servidores da SEE-SP nos processos administrativos tem por finalidade o desenvolvimento de competências e habilidades que possibilitem a realização de práticas com o objetivo de colocar a gestão administrativa em função da gestão pedagógica. Nessa perspectiva, a formação visa orientar esses servidores para a administração das diversas instâncias desta Pasta, garantindo a regularidade do seu funcionamento, coordenar a elaboração, a homologação e a revisão de documentos oficiais, acompanhar e monitorar os processos de vida funcional, vida escolar, documentação e registros da aquisição e preservação do patrimônio material e imaterial em todas as instâncias da SEE-SP, a elaboração dos planos de contratação, gerenciamento de serviços, consumo de materiais, dentre outros.

Além dos pontos descritos até o momento, a formação também visa à administração de recursos financeiros e orçamentários de acordo com os princípios básicos da Administração Pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), estratégias de aplicação, captação de recursos e prestação de contas à sociedade em geral, planejamento, estabelecimento de processos e acompanhamento da qualidade dos serviços de transporte, alimentação escolar, dentre outros, e a organização de seu espaço de trabalho de forma a otimizar tempo, facilitar o planejamento e a execução dos trabalhos diários.

Gestão de Resultados Educacionais

Formação que objetiva o desenvolvimento ou o aprimoramento de competências e habilidades dos servidores da SEE-SP relacionadas à leitura e à análise dos indicadores e resultados educacionais (considerando diferentes



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores
“Paulo Renato Costa Souza”
Rua João Ramalho, nº 1.546 - CEP 05008-002 - Perdizes - SP
www.escoladeformacao.sp.gov.br

dimensões e âmbitos – local, estadual e nacional), tendo em vista desenvolver ações para a melhoria das aprendizagens dos estudantes, nas diversas instâncias da SEE-SP.

Destaca-se a orientação da gestão pedagógica da escola com base nos resultados das avaliações internas e externas e a mobilização da sociedade em geral e da comunidade escolar para a análise dos resultados e para a prática de ações focadas na melhoria constante da qualidade do ensino, conforme o local de atuação. A proposição e a implementação de processos e instrumentos de monitoramento e acompanhamento de ações e de resultados das UE, DE e órgãos centrais da SEE-SP. A proposição e a implementação, com a equipe de trabalho, de soluções e melhorias nos processos pedagógicos, administrativos, de gestão de pessoas e equipes, de engajamento e trabalho com a sociedade em geral e a comunidade local, visando à implementação da proposta pedagógica e ao alcance e superação das metas das UE, das DE e dos órgãos centrais.

Por fim, ressalta-se a promoção de espaços coletivos de modo a refletir, nas diversas instâncias da SEE-SP, os resultados obtidos, os planos a serem implementados, o replanejamento e as intervenções necessárias, os processos da avaliação institucional e a transparência na divulgação dos resultados da aprendizagem.



Eixo III – Grandes Temas da Educação

Abrange os principais temas da Educação da atualidade, podendo estar vinculado às ações de formação do Eixo I, do Eixo II ou tratado separadamente, considerando sua relevância no aporte teórico para o desenvolvimento da Educação.

A seguir, alguns exemplos de Grandes Temas da Educação:

Alfabetização

Alfabetização é a aprendizagem do sistema de escrita e da linguagem escrita em seus diversos usos sociais, o que permite aos alunos a sua inserção na cultura do escrito. É imprescindível que a aprendizagem das duas dimensões aqui citadas deve ocorrer simultaneamente. Tanto os saberes sobre o sistema de escrita como aqueles sobre a linguagem escrita devem ser ensinados e sistematizados na escola. Não basta colocar os alunos diante dos textos para que conheçam o sistema de escrita alfabético e seu funcionamento, ou para que aprendam a linguagem escrita; é preciso planejar uma diversidade de situações nas quais possam, em diferentes momentos, centrar seus esforços ora na aprendizagem do sistema, ora na aprendizagem da linguagem que se usa para escrever.

Assim como afirma Ferreiro (2001), a ALFABETIZAÇÃO é um processo longo, precoce, complexo e indivisível. É longo, pois, com práticas de produção e interpretação cada vez mais ajustadas aos propósitos sociais e gêneros textuais (e não a simples associação de letras e sílabas), as habilidades de leitura e escrita dependem de recursos cognitivos e criativos que emergem da experiência com a língua em longo prazo, na forma de uma permanente



descoberta. Coloca-se também como um PROCESSO PRECOCE porque a compreensão da escrita se inicia desde a mais tenra idade, pois as crianças, desde muito cedo, vão progressivamente se apropriando desse objeto cultural como um todo (a lectoescritura). Além disso, torna-se um PROCESSO COMPLEXO, porque a aprendizagem da escrita depende de operações cognitivas individuais que se constroem por diferentes caminhos, por meio de indagações / problematizações / inquietações / questionamentos vividos pelo sujeito. Diante disso, reafirmamos que o processo de alfabetização se coloca como indivisível, unindo o momento de aprender com o fazer uso da aprendizagem.

Avaliação Educacional

Segundo Cipriano Luckesi (1978), avaliar é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão. Avaliação, portanto, refere-se à coleta de informações, sobre as quais se atribuem valores, tornando-as mensuráveis e possíveis de serem analisadas, com vistas à tomada de decisões, de acordo com objetivos específicos. Nesse sentido, a avaliação educacional pode ser compreendida como um conjunto de atuações que têm a função de alimentar, sustentar e orientar intervenções pedagógicas e administrativas, com vistas à melhoria da qualidade do ensino.

Cultura Digital

Cultura Digital se refere às perspectivas sobre o impacto das tecnologias digitais e da conexão em rede na sociedade como um todo e também no modo como essas novas tecnologias são apropriadas nas esferas de trabalho e da vida pessoal. Como resultado dessa nova e imensa possibilidade de produção e transmissão de dados e informações, que ocorre de forma síncrona ou assíncrona, o pensamento e o comportamento da sociedade contemporânea



sofrem alterações, o que exige a formação continuada para aprimoramento profissional.

A Cultura Digital favorece novas formas de expressão, de relação com as informações (acompanhamento, controle, organização e atualização de dados) e novos modos de interação, a partir dessa flexibilização do tempo e do espaço. Por conta disso, comportamentos e rotinas são constantemente alterados e, no caso do momento contemporâneo, com intensa velocidade e variedade, o que justifica a necessidade de formação continuada para que os profissionais em atividade estejam em sintonia com as demandas de seu tempo e com o contexto sócio-histórico.

Cultura Inclusiva

Refere-se às temáticas que abordam a diversidade por meio de ações de formação a todo indivíduo, na sua singularidade, de acordo com suas potencialidades.

Currículo

O Currículo, conforme os atuais marcos legais da Educação Básica, deve expressar os valores éticos e democráticos, as diferentes formas de abordar a realidade, considerando nas suas expressões os fatos e os fenômenos que influenciam no desenvolvimento cultural, ético e intelectual dos educandos. Desse modo, não pode estar limitado a um rol de conteúdos distribuídos em diferentes disciplinas, e nem alheio aos conflitos presentes na Educação Básica e à complexidade da população presente na escola pública, suas frustrações, expectativas e potencial formativo. O Currículo deve abranger, dessa forma, valores e atitudes, que podem ser desenvolvidos ou aprimorados por meio da promoção de competências e habilidades cognitivas, articuladas



com conteúdos acadêmicos e atividades escolares, que inclui o estabelecimento de rotinas, normas de convívio social, a organização do tempo, assim como os espaços de convivência, participação e debate, ou seja, deve estar presente em todas as vivências proporcionadas pela escola. Nesse sentido, o Currículo deve favorecer o entendimento geral da escola como um espaço dinâmico e articulador de práticas culturais, sociais e de formação acadêmica, propício para o pleno desenvolvimento humano, a fim de que, ao final da Educação Básica, cada educando da rede pública estadual possa ingressar e atuar na sociedade contemporânea.

Diante desse contexto, as ações formativas referentes ao Currículo devem se orientar pelo desenvolvimento de habilidades e competências cognitivas, comprometidas com a articulação e a integração das disciplinas curriculares, atividades escolares e as demandas do mundo contemporâneo nos seus diferentes aspectos.

Liderança Educacional

Refere-se ao ato de liderar e aborda saberes que permitem o planejamento de estratégias para a tomada de decisões participativas rumo às metas e aos objetivos da SEE-SP. Essa liderança pode ser exercitada e aprimorada por meio do desenvolvimento de habilidades e competências. Nesse sentido, o líder educacional orienta, mobiliza e inspira a participação ativa individual e coletiva, seja no âmbito interno e/ou externo (instituições públicas, privadas, sociedade civil, dentre outros) de sua atuação profissional, visando à melhoria da qualidade dos processos de ensino e de aprendizagem e bem-estar de todos. Para tanto, esses líderes precisam ser mais tolerantes e sensíveis às dinâmicas das organizações sociais e dos relacionamentos interpessoais, valorizando a transparência para que possam liderar pessoas e equipes cada vez mais diversificadas.



Temas Transversais

Denominam-se Temas Transversais aqueles “voltados para a compreensão e para a construção da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva e com a afirmação do princípio da participação política”. (Brasil, 1997)

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (2013), a transversalidade é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico na integração entre os eixos temáticos e as disciplinas, de forma a estarem presentes em todas elas. Nessa perspectiva, pode-se conferir à sociedade em geral autonomia para seleção dos temas e delimitação dos espaços curriculares a eles destinados, bem como a forma de tratamento que será conferida à transversalidade.

Direito Educacional

As transformações sociais, históricas, políticas e culturais têm reflexos nos espaços educacionais e, conseqüentemente, exigem dos gestores habilidades e competências sob uma ótica multidisciplinar, para enfrentar os desafios da escola contemporânea.

O Direito Educacional se compõe de normas, princípios e doutrinas que disciplinam a proteção da relação entre alunos, professores, escolas e poderes públicos, numa situação formal de aprendizagem. (BOAVENTURA, 2004, p.14)

O conhecimento jurídico, o estudo da nossa Carta Magna, das legislações educacionais, do Estatuto da Criança e do Adolescente relacionados aos outros ramos do Direito propiciam o embasamento teórico e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores
“Paulo Renato Costa Souza”
Rua João Ramalho, nº 1.546 - CEP 05008-002 - Perdizes - SP
www.escoladeformacao.sp.gov.br

científico, no sentido de subsidiar a prática pedagógica em uma gestão democrática e participativa.

À luz dos princípios do Direito Educacional o gestor poderá atuar, de forma preventiva, ao administrar e mediar temas atuais do cotidiano escolar, bem como assegurar a implementação de uma escola cidadã, norteadas pelo diálogo e ética entre todos os participantes.



Referências

Documentos Oficiais

BOAVENTURA, Edvaldo Machado. Introdução ao Direito Educacional. RJ: Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação. 2004.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial. Brasília, 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. PCNEM Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio. 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf Acesso em: 06 out. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 06 out. 2016.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais – Apresentação dos Temas Transversais / Secretaria de Educação



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores
"Paulo Renato Costa Souza"
Rua João Ramalho, nº 1.546 - CEP 05008-002 - Perdizes - SP
www.escoladeformacao.sp.gov.br

Fundamental. – Brasília, 1997: 128p. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf> Acesso em: 06 out. 2016.

_____. Base Nacional Comum. Disponível em:
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio> Acesso em 19/02/2016.

_____. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p.39-40. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> Acesso em: 06 out. 2016.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2015.

_____. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001.

_____. Educação Inclusiva. Brasília: UNESCO, 2009.

_____. Educação inclusiva: v. 3: a escola / coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

GOMES, Lucia Helena de A.; Gomes, Marcela de A., MALHEIROS, Antonio Carlos. Reflexões do cotidiano escolar à luz do Direito Educacional: aspectos jurídicos e subjetivos. Curitiba: CRV.2014

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas. Decreto nº 57.141, de 18 de julho de 2011.

_____. Currículo do Estado de São Paulo: Ciências da Natureza e suas tecnologias / Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores
"Paulo Renato Costa Souza"
Rua João Ramalho, nº 1.546 - CEP 05008-002 - Perdizes - SP
www.escoladeformacao.sp.gov.br

coordenação de área, Luís Carlos de Menezes. 1. ed. atual. São Paulo: SE, 2012a.

_____. Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias / Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli. 1. ed. atual. São Paulo: SE, 2012b.

_____. Currículo do Estado de São Paulo: Matemática e suas tecnologias / Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Nilson José Machado. 1. ed. atual. São Paulo: SE, 2012c.

_____. Currículo do Estado de São Paulo: Linguagens, códigos e suas tecnologias / Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Alice Vieira. 2. ed. São Paulo: SE, 2012d.

_____. Tutorial do plano de ação participativo para Unidades Escolares 2012 – Volume 2 – Apoio ao diagnóstico e à formulação de ações. São Paulo: SE, 2012e.

_____. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Gestão da Educação Básica – CGEB. Planejamento Escolar 2012 – Temas Transversais. Disponível em:

http://www.educacao.sp.gov.br/docs/CGEB_PlanejEscolar2012_DEGEB_TemasTransversais%20copy.pdf Acesso em: 06 out. 2016.

Demais Fontes Consultadas

AÇÃO EDUCAÇÃO; UNICEF; PNUD; INEP; SEB/MEC. Indicadores da Qualidade na Educação. São Paulo: Ação Educativa, 2013, 4ª edição ampliada. Disponível em:

<http://www.santacruz.rs.gov.br/download2014/smec_pme/INDICADORES%20QUALIDADE%20ENSINO%20FUNDAMENTAL.pdf> Acesso em: 19 nov. 2015.

CARVALHO, José Murilo Júnior. Cultura digital.br / organização Rodrigo Savazoni, Sergio Cohn. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2009.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores
"Paulo Renato Costa Souza"
Rua João Ramalho, nº 1.546 - CEP 05008-002 - Perdizes - SP
www.escoladeformacao.sp.gov.br

FERREIRA, Cleia Simone (et alii). *Políticas Públicas Educacionais: Apontamentos Sobre o Direito Social da Qualidade na Educação*. Disponível em:

http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume11/9_POLITICAS_PUBLICAS_EDUCACIONAIS.pdf Acesso em: 06 out. 2016.

FERREIRO, E. CULTURA ESCRITA E EDUCAÇÃO. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FREITAS, Carlos. AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: CAMINHANDO PELA CONTRAMÃO. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

INGHAM, Adrian. O Sistema de formação de lideranças escolares da Inglaterra: possíveis alternativas para o Brasil / Adrian Ingham, Maria Carolina Nogueira Dias. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2015.

LANNES, D. Avaliação Formativa. Disponível em: http://www.educacaopublica.rj.gov.br/oficinas/ed_ciencias/avaliacao/biblioteca_AvaliacaoEducacional.html Acesso em: 06 out. 2016.

MICHELINE, Christophe. Educação baseada em evidências: como saber o que funciona em Educação. Instituto Alfa e Beto, 2015.

MOREIRA, Verônica Martins. Gestão Educacional e Prática Docente na Realidade Escolar. In: ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, Centro Científico Conhecer, Goiânia, v.8, nº 15.

NICOLELLA, Alexandre Chibebe (et alii). *Políticas Públicas Educacionais e Desempenho de Alunos da Rede Pública de Ensino*. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produtos/download/aep_fep/chamada_publica_FEP0410_Politicas_Publicas_BNDES.pdf Acesso em: 19 fev. 2016.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. *POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: conceito e contextualização numa perspectiva didática*. Disponível em:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores
"Paulo Renato Costa Souza"
Rua João Ramalho, nº 1.546 - CEP 05008-002 - Perdizes - SP
www.escoladeformacao.sp.gov.br

<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf> Acesso em: 19 fev. 2016.

PACHECO, J. (2001). *Currículo: Teorias e Práxis*. Porto: Porto Editora.

SANTOS, Carmi Ferraz. Alfabetização e letramento: conceitos e relações / organizado por Carmi Ferraz Santos e Márcia Mendonça. 1. ed., 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Magda. *A Abordagem das Políticas Públicas Educacionais para Além da Relação Estado e Sociedade*. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2046/147> Acesso em: 19 fev. 2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. (1997). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro, WVA.